

# SUMÁRIO

---

<b>ABREVIATURAS</b> .....	<b>31</b>
<b>INTRODUÇÃO – ATUALIDADE E IMPORTÂNCIA DO TEMA</b> .....	<b>37</b>
§ 1 A evolução histórica do tema e sua importância atual .....	37
§ 2 Reflexos jurídicos das uniões homoafetivas em todos os seus aspectos .....	39
§ 3 Parâmetros da exposição .....	41
<b>Capítulo 1 – HOMOSSEXUALIDADE E FAMÍLIA</b> .....	<b>43</b>
1.1 Conceito e evolução das terminologias aplicáveis .....	43
1.2 Uma distinção necessária .....	45
1.2.1 Hermafroditismo ou intersexualidade .....	45
1.2.2 Transexualidade .....	46
1.2.3 Travestismo .....	50
1.2.4 Bissexualidade .....	51
1.3 Evolução histórica da homossexualidade .....	51
1.3.1 Homossexualidade na Grécia .....	54
1.3.2 Homossexualidade em Roma .....	55
1.3.3 Homossexualidade na Idade Média, Idade Moderna e no passado recente .....	57
1.4 Homossexualidade na perspectiva religiosa (bíblica) .....	59
1.5 Homossexualidade sob o ponto de vista da Medicina .....	64
1.6 Homossexualidade sob o ponto de vista da Genética .....	67
1.7 Homossexualidade sob o ponto de vista da Psicologia e da Psicanálise .....	70
1.8 Homossexualidade e proteção constitucional .....	73

1.8.1	Princípio da dignidade da pessoa humana.....	73
1.8.2	Princípio da liberdade.....	78
1.8.3	Princípio da igualdade.....	82
1.8.3.1	Princípio da não discriminação em razão do sexo.....	85
1.8.3.2	Princípio da não discriminação por orientação sexual .....	86
1.8.4	Princípio da afetividade.....	87
1.8.5	Princípio da pluralidade familiar .....	88
1.9	A declaração dos direitos sexuais e os direitos humanos.....	89
1.10	Conceito de família.....	94
1.11	Breves traços históricos da família .....	96
1.12	Mudança de paradigmas .....	101
1.12.1	A Constituição da República Portuguesa de 1976 e a reforma do Código Civil português de 1977.....	101
1.12.2	A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o Código Civil brasileiro de 2002 .....	103
1.12.3	Breves anotações sobre novos arranjos familiares .....	110
<b>Capítulo II – UNIÕES HOMOAFETIVAS.....</b>		<b>113</b>
2.1	Referências a possíveis modelos de enquadramento jurídico das uniões homoafetivas.....	113
2.2	Um passeio pelo Direito estrangeiro: os avanços .....	116
2.2.1	África do Sul .....	118
2.2.2	Alemanha .....	119
2.2.3	Andorra .....	120
2.2.4	Argentina.....	121
2.2.5	Austrália .....	123
2.2.6	Bélgica.....	124
2.2.7	Canadá.....	126
2.2.8	Colômbia .....	126
2.2.9	Croácia .....	127
2.2.10	Dinamarca .....	127
2.2.11	Eslovênia .....	129
2.2.12	Espanha .....	129
2.2.13	EUA.....	131

2.2.13.1	Califórnia .....	132
2.2.13.2	Colorado .....	133
2.2.13.3	Connecticut.....	133
2.2.13.4	District of Columbia .....	134
2.2.13.5	Hawaii.....	135
2.2.13.6	Iowa .....	136
2.2.13.7	Maine .....	136
2.2.13.8	Massachusetts .....	137
2.2.13.9	New Hampshire .....	138
2.2.13.10	New Jersey.....	139
2.2.13.11	Nevada.....	140
2.2.13.12	Oregon .....	140
2.2.13.13	Vermont .....	141
2.2.13.14	Washington.....	142
2.2.13.15	Wisconsin .....	143
2.2.14	Finlândia.....	144
2.2.15	França.....	144
2.2.16	Groenlândia .....	146
2.2.17	Holanda .....	146
2.2.18	Hungria.....	147
2.2.19	Islândia .....	149
2.2.20	Israel.....	149
2.2.21	Luxemburgo .....	150
2.2.22	México.....	150
2.2.23	Noruega .....	151
2.2.24	Nova Zelândia .....	152
2.2.25	Reino Unido .....	153
2.2.26	República Tcheca .....	153
2.2.27	Suécia .....	154
2.2.28	Suíça.....	155
2.2.29	Uruguai.....	157
2.3	Situação em Portugal até maio de 2010.....	158
2.3.1	A inexistência jurídica do casamento entre pessoas do mesmo sexo: discussão da constitucionalidade.....	158

2.3.2	A união de facto: aspectos gerais da união de facto; aspectos específicos da união de facto entre pessoas do mesmo sexo .....	161
2.3.3	Projetos de lei sobre o casamento homossexual .....	164
2.4	Situação no Brasil até maio de 2011 .....	166
2.4.1	Omissão legislativa .....	166
2.4.2	Competência das varas de família para julgamento das causas envolvendo uniões homoafetivas .....	170
2.4.3	A Lei Maria da Penha como marco para o reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar .....	172
2.4.4	Sociedade de fato ou sociedade de afeto? .....	173
2.4.5	Possível analogia com a união estável ou interpretação extensiva do mesmo instituto .....	176
2.4.6	Os avanços legislativos e jurisprudenciais .....	185
2.4.6.1	União homoafetiva e direitos assegurados em sede administrativa ou na iniciativa privada .....	185
2.4.6.1.1	Benefícios previdenciários .....	185
2.4.6.1.2	Seguro DPVAT .....	189
2.4.6.1.3	Visto de permanência .....	190
2.4.6.1.4	Iniciativa privada .....	190
2.4.6.1.5	Plano de saúde .....	192
2.4.6.1.6	Doação de órgãos .....	194
2.4.6.1.7	Imposto de Renda .....	195
2.4.6.1.8	Cálculo de renda para bolsa de estudos .....	195
2.4.6.1.9	Financiamento habitacional .....	196
2.4.6.1.10	Condição de dependente no CNJ .....	196
2.4.6.2	União homoafetiva e efeitos em vida .....	196
2.4.6.3	União homoafetiva e efeitos patrimoniais <i>mortis causa</i> ....	201
2.4.7	Projetos de Lei sobre as uniões homoafetivas .....	206
2.5	A necessidade de se reconhecer aos casais homossexuais o direito de contrair casamento .....	211
2.5.1	Por uma mudança em Portugal .....	219
2.5.1.1	A Lei 9-XI/2010: a discussão de constitucionalidade e a posição do Tribunal Constitucional .....	226
2.5.2	Por uma mudança no Brasil .....	228
2.5.2.1	O julgamento da ADPF 132 e da ADI 4.277: equiparação da união homoafetiva com a união estável .....	228

2.5.2.1.1	Breve histórico das ações.....	231
2.5.2.1.2	O julgamento e o desfecho .....	232
2.5.2.2	Do casamento civil direto homoafetivo .....	248
2.5.2.2.1	Da inoperância da teoria da inexistência no caso brasileiro; da inconstitucionalidade de uma “proibição implícita” .....	248
2.5.2.2.2	A jurisprudência na matéria, em especial o REsp. 1.183.378 do Superior Tribunal de Justiça.....	256

### **Capítulo III – PARENTALIDADE HOMOAFETIVA: PROCRIAÇÃO, ADOÇÃO E GUARDA DE MENORES..... 259**

3.1	Existe um direito à parentalidade? E um direito à reprodução? .....	259
3.2	O afeto como valor jurídico e a parentalidade socioafetiva.....	264
3.3	Outro passeio pelo Direito estrangeiro: mais avanços.....	267
3.3.1	África do Sul .....	267
3.3.2	Andorra .....	267
3.3.3	Austrália .....	268
3.3.4	Bélgica.....	268
3.3.5	Canadá.....	268
3.3.6	Dinamarca .....	268
3.3.7	Espanha .....	270
3.3.8	EUA.....	271
3.3.9	Holanda .....	271
3.3.10	Islândia .....	272
3.3.11	Israel.....	272
3.3.12	Noruega.....	273
3.3.13	Nova Zelândia .....	273
3.3.14	Reino Unido .....	274
3.3.15	Suécia .....	274
3.4	Procriação por homossexuais .....	274
3.4.1	Procriação natural e autoinseminação .....	274
3.4.2	Procriação medicamente assistida .....	275
3.4.2.1	Homóloga - no caso de um casal de lésbicas: possível?.....	278
3.4.2.2	Parcialmente heteróloga no caso de uma mulher solteira homossexual ou um homem gay solteiro .....	279



3.4.2.3	Heteróloga ou parcialmente heteróloga.....	281
3.4.2.3.1	No caso de um casal de lésbicas .....	281
3.4.2.3.2	Heteróloga ou parcialmente heteróloga no caso de um casal de <i>gays</i> – com recurso à maternidade de substituição .....	287
3.4.3	A questão dos embriões excedentários.....	289
3.5	Adoção em Portugal e no Brasil .....	295
3.5.1	Noções gerais .....	295
3.5.2	Possibilidade de adoção individual .....	298
3.5.3	Possibilidade de adoção em conjunto.....	301
3.5.3.1	O princípio do melhor interesse da criança e os argu- mentos a favor e contra a adoção homoafetiva .....	303
3.5.3.2	A jurisprudência brasileira sobre a matéria e no plano internacional o <i>Affaire Fretté v. France</i> , e o <i>Affaire E.B. v. France</i> .....	309
3.6	Guarda em Portugal e no Brasil.....	316
3.6.1	Situação em Portugal.....	317
3.6.2	Situação no Brasil.....	319
3.6.3	Critério para a atribuição da guarda – o melhor interesse da criança .....	321
3.6.4	Materialização do critério.....	322
3.6.5	Homossexualidade de um ou ambos os genitores: fator capaz de direcionar a decisão do Juiz?.....	325
3.6.6	A jurisprudência na matéria, em especial o caso Salgueiro da Silva Mouta v. Portugal.....	328
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>331</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>341</b>
	<b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>	<b>363</b>